

“Imprensa e política: Adalgisa Nery e a crise de agosto de 1961”

ISABELA CANDELORO CAMPOI¹ - PPG-UFF

Câmara e Assembléia mantêm-se na expectativa. Essa foi a matéria de capa do Jornal Última Hora publicado no dia 28 de agosto de 1961 referindo-se à *vigília democrática madrugada adentro* ocorrida tanto em Brasília como na capital da Guanabara. Em uma das três fotografias que ilustram a página, a deputada estadual e também colunista Adalgisa Nery encara o fotógrafo, tendo a mão de unhas rubras ancorada no rosto de feições sérias. Sob um clima tenso, subscreve-se na foto: *Os deputados Roland Corbisier, Paulo Alberto e Adalgisa Nery e ao fundo Sr. Lopo Coelho, aguardam o desenrolar dos acontecimentos na Assembléia Legislativa.*

No dia 22, às vésperas da renúncia de Jânio Quadros, Adalgisa Nery denuncia em sua coluna jornalística, sob o título “Os maquinistas de agosto”, uma reunião da alta patente do exército chefiada por Cordeiro de Farias, prevendo:

Repete-se em agosto de 1961 a mesma manobra havida em agosto de 1954, em que CL [Carlos Lacerda] foi arma usada contra Getúlio Vargas pelos interesses antinacionais. A máquina do regime de exceção está sendo movimentada pelos mesmos maquinistas de agosto de 1954. A força total vem de fora do Brasil contra o Brasil.

No rol de seus alvos mais constantes, encontra-se o governador do estado da Guanabara (1960-1965), Carlos Lacerda, também jornalista e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa. Ilustrativo, é que Lacerda era tratado simplesmente como CL, nos artigos escritos por Adalgisa Nery. Na coluna diária *Retrato sem retoque* a jornalista, com uma linguagem incisiva própria e muitas vezes metafórica atacava ministros de Estado, diretores de empresas estatais, militares e representantes políticos. Entretanto, converteu seus leitores em eleitores, afinal, sua atuação no jornalismo rendeu-lhe dois mandatos no estado da Guanabara. Primeiramente como deputada constituinte pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, sendo inclusive líder partidária. Em 1962, torna-se deputada estadual pelo Partido

Trabalhista Brasileiro - PTB, de João Goulart. Por conta da implantação do bipartidarismo pela ditadura militar, foi reeleita pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB nas eleições de 1966, tendo os direitos políticos cassados em 1969.

Vale lembrar que já na década de 1950 a imprensa era meio de informação consagrado entre os articuladores políticos. Foram-se estabelecendo parâmetros de relacionamento entre os meios políticos e a imprensa, proporcionando o desencadeamento de uma cultura política em que o Estado entendia os meios de informação como veículo importante na formação da opinião pública. Exemplar nesse sentido é o panorama da vinculação de alguns homens públicos com jornais que circulavam na capital federal na década de 1950. Como já explicitado, *O Tribuna da Imprensa* foi fundado por Carlos Lacerda em 1949. *O Jornal do Comércio*, era de Santiago Dantas. Em 1950, Chagas Freitas assumiu a direção de *A Notícia*, jornal comprado em sociedade com Ademar de Barros com fins claramente eleitorais. *O Última Hora*, cujo dono era Samuel Wainer, nasceu em 1951 com o intuito de dar sustentação ao segundo governo Vargas.

A admiração e o respeito de Adalgisa Nery pela figura de Getúlio Vargas eram refletidos em seus discursos parlamentares e também permeavam seus textos jornalísticos.² No dia anterior à renúncia de Jânio, por exemplo, o país lembrava os sete anos da morte de Getúlio Vargas e Adalgisa Nery publicou em sua coluna um texto-homenagem intitulado “Getúlio Vargas: homem raro”, exaltando o nacionalismo e cultuando a figura política de Vargas servindo-se de trechos da carta-testamento deixada pelo suicida.

É certo que foi durante o casamento com Lourival Fontes (1940-1953) que a escritora vincula-se às instâncias governamentais e adquire identidade com o nacionalismo-getulista. Seu marido foi diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP do Estado Novo e chefe do gabinete civil da presidência no segundo governo Vargas. Adalgisa adquiriu posição de destaque por conta de sua inevitável relação com o governo, freqüentando as entranhas do poder, promovendo festas e reuniões sociais figurando como a Senhora Lourival Fontes. O nacionalismo, tão forte e característico nos textos da

jornalista, tinha suas bases fincadas nessa sua experiência *no e com* o governo Vargas. Da mesma forma, foi nesse contexto que nasce o seu anti-lacerdismo.

A renúncia de Jânio Quadros foi alavanca para uma crise política, em que os ministros militares manifestaram-se contrários à posse do vice-presidente João Goulart, a quem o cargo pertencia por direito segundo a Constituição Federal de 1946. Em visita oficial à República Popular da China, Goulart era acusado pelos ministros Odílio Denys do Exército, Silvio Heck da Marinha e Grum Moss da Aeronáutica, de apresentar posições *claramente subversivas e esquerdistas*.³

O impasse político provocou discussões sobre a ilegalidade do manifesto dos ministros das Forças Armadas e o primeiro representante dos militares a levantar tal argumento foi o marechal Henrique Teixeira Lott, que denunciou a decisão arbitrária dos ministros, conclamando a população na defesa constitucional.

No estado da Guanabara a conjuntura política de agosto e setembro de 1961 teve reflexos particulares. O Rio de Janeiro já não era a capital federal, entretanto, uma elite política permanecia envolvida intensamente com os episódios da vida nacional. O Estado da Guanabara, embora tenha existido por um breve período (1960-1975), serviu de palco para importantes acontecimentos, cujos reflexos marcaram, decisivamente, a história político-administrativa do Brasil. Até meados de 1970, pode-se falar de uma certa ambigüidade ao nos referirmos à situação da Guanabara: por um lado, uma cidade-estado e, por outro, continuava a abrigar uma parte dos órgãos de governo da capital transferida, já que com a regulamentação de abril de 1960, houve a transferência dos serviços federais para a Guanabara.⁴

Como governador, Carlos Lacerda tratou de calar as vozes que se voltavam contrários à intervenção das Forças Armadas em agosto de 1961, mobilizando o aparato policial do Estado para reprimir os movimentos pela legalidade manifestados em diversos pontos da cidade, principalmente em frente ao busto de Vargas na Cinelândia. Diversos setores declararam greve: trabalhadores dos transportes, bancários, estudantes,

empregados do comércio, da indústria e do setor financeiro formaram o movimento grevista nas ruas do Rio de Janeiro, transformadas em palco de protestos e comícios pró-Goulart.

Como dono de jornal, Lacerda procurou divulgar a falsa informação de calma, tranqüilidade e paz social. Essas imagens não condiziam com a realidade das ruas do Rio de Janeiro durante *os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*.⁵ No que diz respeito à imprensa:

Diversas sedes jornalísticas foram invadidas por censores, vários foram impedidos de circular (notadamente aqueles que se posicionavam claramente em favor da posse de Goulart, como *Correio da Manhã, O Jornal, Diário de Notícias, Última Hora*). Em contrapartida, a *Tribuna da Imprensa* se beneficiou do cerco aos demais jornais, veiculando as notícias que convinham ao governador, enfatizando a “tranqüilidade reinante” naqueles dias em todo o país com o intuito de acalmar e mesmo desmobilizar o leitor para o movimento legalista.⁶

O texto de 30 de agosto, intitulado “Sopa e ajantarado” é a denúncia sutil da censura sofrida pela jornalista. Em tal artigo, Adalgisa Nery fala da *arte de bem comer* e faz comentários quase absurdos, como, por exemplo, referindo-se à *carne de baleia, alimento farto em calorias e de fácil aquisição* e a receita de uma sopa, no mínimo esquisita, indicada de *acordo com o nosso clima tropical*. No dia seguinte, escreve sob o título: *Importantíssimo problema: a Moda*, onde discute grifes e tendências. No fim do artigo, o texto: *N.R - Este jornal ainda estava sob censura policial, atingindo naturalmente a colunista de Retrato sem retoque, ilegalmente imposta pelo Sr. Carlos Lacerda, foi abolida, é preciso dar essa explicação ao leitor.*

O artigo censurado pelo governo denuncia as atitudes golpistas do governador da Guanabara, resgatando sua postura em circunstâncias anteriores em que confabulou a derrubada de presidentes eleitos democraticamente. Tanto o texto censurado como o que foi publicado em 30 de agosto foram lidos na íntegra no plenário da Assembléia legislativa pelo deputado Hércules Correia, que indagado sobre o conteúdo da sua leitura, esclarece:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminei de fazer a leitura do artigo assinado pela ilustre colega Adalgisa Nery ao jornal Última Hora, que não pôde publicá-lo porque a censura o impediu, impondo-lhe a condição de só

deixá-lo rodar e ser vendido se retirasse o referido artigo.

Seu discurso segue em tom de denúncia nacionalista: *Onde está a democracia? Em que reside essa democracia? É uma democracia que funciona somente quando não estão em jogo os interesses dos Estados Unidos.* No longo discurso, além da referência à censura aos meios de comunicação da Guanabara, sendo inclusive denunciada via transmissão radiofônica pelo governador gaúcho Leonel Brizola, o deputado refere-se às práticas de violência contra os sindicatos. Num aparte a deputada Adalgisa Nery manifesta-se:

(...) Declaram que o país está tranqüilo, que há calma em todos os lugares. Dizem que o povo está feliz, tranqüilo e satisfeito. Por que então pedir calma? Calma de quem? Do lado deles, naturalmente, pois como dizem, o povo está em paz e tranqüilo. Isso é uma confusão. Nem eles mesmos se entendem.

Nos dias que se seguiram até à solução parlamentarista, a jornalista não poupou esforços para denunciar as arbitrariedades de Carlos Lacerda. Como no primeiro dia de setembro em que comenta a atitude de enfrentamento de muitos deputados da Guanabara diante das mais *vulgares e violentas ameaças do 'Rei sem leis'* e lamenta:

E se a opinião pública não tomou conhecimento da boa atuação da grande maioria dos deputados cariocas, a razão está na força opressora da censura sobre todos os meios de comunicação quais sejam a imprensa, o rádio e a televisão que foram e são exclusivamente usados a serviço da prepotência, da mentira e do fascismo do governador CL.

Assim, com a divulgação por parte dos militares golpistas de uma *saída honrosa* para a crise político-militar, Adalgisa Nery ataca no artigo de 2 de setembro: *Seguramente esses bravíssimos soldados estão com os olhos cobertos de catarata. Ora, a única saída honrosa para um militar, seja de que patente for, e é será sempre o largo e suntuoso portão da legalidade.* E segue:

Arrombar a Constituição para forjar uma saída falsa não é solução para soldado raso e muitíssimo menos para um general, um almirante ou um brigadeiro. Quando CL, transformado em revolver estrangeiro, matou Getúlio Vargas, apesar do crime produzindo o impacto nacional, os militares deram posse imediatamente, sem discussões, ao Sr. Café Filho, homem ligadíssimo aos planos antinacionais de CL e dirigido politicamente por CL.

Nos dias que se seguiram, Adalgisa Nery saiu em defesa da resistência encabeçada pelo governador Leonel Brizola no sul do país na defesa constitucional, referindo-se à tentativa de se instaurar uma *ditadura branca* no país, fala da deturpação do conceito de legalidade. Trata os chefes militares envolvidos com extrema agressividade, e entre os adjetivos, chama-os de *indisciplinados, deflagradores de badernas comandados pelo anarquista CL, vermes fardados, traidores do povo que merecem o repúdio e a repugnância do povo*.

Quanto aos reflexos dos acontecimentos na economia, a jornalista questiona em 7 de setembro: *quem vai se responsabilizar pela queda do café em 20 pontos nas últimas 24 horas? O homem da rua? O operário? (...) Quem vai pagar os prejuízos materiais e morais despejados no Brasil nesses dois dias de baderna lacerdista? E radicaliza sugerindo providências: que esses fracassados donos do Brasil sejam mandados para casa. E em vez de pijamas devem usar biquínis (...)* No que se refere à ementa parlamentarista afirma ter sido instituída *como esparadrapo sobre a nossa carta magna, pra satisfazer a autoridade mal exercida de alguns chefes militares*. E questiona seus leitores: *acham que o parlamentarismo solucionará os problemas nacionais?*

Através da sua coluna diária, Adalgisa empenha-se no ataque aos militares envolvidos, acusando o *fatídico general Cordeiro de Farias e Carlos Lacerda como os principais mestres da baderna nacional*. Assim, por diversas vezes nos artigos que se seguiram, Adalgisa pede a punição dos que foram contra a legalidade, como no dia 11 de setembro no artigo “Nada de contemplação com os traidores”, em que, referindo-se aos militares golpistas, exige:

(...) no fino propósito de resguardar a alma límpida das Forças Armadas expurgue os vermes fardados que há quase dez anos apodrecem a autoridade das mesmas pretendendo consecutivamente levar de roldão os seus planos macabros não só a dignidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica como a dignidade e a soberania da pátria brasileira.

No dia seguinte, inicia o artigo “Os homens do golpe” com sua linguagem metafórica característica: *Não se extermina um tumor tratando-o com talco. É necessário, lancetá-lo,*

extirpá-lo, limpar o campo afetado pela purgação fétida infecciosa, e segue descrevendo a trajetória de Cordeiro de Farias, mostrando indignação diante da sua permanência na ativa. Do mesmo modo, no dia 13 de setembro, ataca: Quem defende a lei é agitador, quem defende a democracia é comunista, quem defende as regras sociais é imoral. Ou a justiça muda de face e afivela em seu rosto plácido a máscara da hipocrisia e do cinismo ou deverá tirar a máscara dos baderneiros remunerados pela nação.

O impasse causado pela renúncia do presidente Jânio Quadros acirrou a disputa das forças que se esboçavam no contexto político nacional. Marco importante para o período que se seguiu, foi a fundação do IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, em novembro de 1961, instituições que merecem ser entendidas como uma nova estratégia de mobilização das forças golpistas. Atuando em diversas frentes e de maneiras variadas, valendo de financiamentos razoavelmente abundantes, e multiplicando-se por todo o país, o *complexo IPES/IBAD*, é entendido por René Dreifuss como importante difusor ideológico, estimulando a inquietação política, o que caracterizaria o golpe vitorioso de 1964, como civil-militar.⁷

Para tanto, esses organismos em consonância com a construção de uma rede de apoio dentro das Forças Armadas, auxiliaram na formação de uma opinião pública que paulatinamente fosse estimulada a dar apoio ao golpe que se esboçava.

Deste modo, a renúncia do presidente Jânio pode ser entendida como um marco importante na medida em que tal circunstância auxiliou na demarcação dos campos de atuação das forças golpistas. E o desempenho dessas forças teve como resultado o sucesso do golpe definitivo em abril de 1964, quando essa mesma opinião pública, que resistiu a tentativa golpista em agosto de 1961, estaria apta o suficiente para apoiar a intervenção dos militares, mostrando que o *tumor fétido* referenciado metaforicamente pela jornalista Adalgisa Nery quando tratou da permanência dos golpistas em suas atividades militares, não havia sido mesmo curado.

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação da professora Dra. Rachel Soihet.

² Em 1961 Adalgisa Nery discursou por duas vezes tratando da memória do ex-presidente Getúlio Vargas, e sempre que possível, em seus ataques ao governador Carlos Lacerda, acusava-o como personagem responsável pelo trágico desfecho político de Vargas. As mesmas honrarias se deram em agosto 1962. No final de seu discurso de comemoração à criação da Eletrobrás, em 1963, lê um trecho da carta-testamento de Vargas, afirmando que a empresa estatal, que então completava um ano, havia sido semeada pelo *grande presidente Getúlio Vargas*. Apesar de manifestar-se muito pouco em plenário, em 1965, já sob o regime militar, mas ainda no PTB, seu discurso homenagem de agosto exalta o nacionalismo de Vargas, enumerando suas atitudes governamentais para o desenvolvimento do país.

³ Manifesto dos ministros militares. In: LABAKI, Amir. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 149.

⁴ MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁵ FERREIRA, Jorge. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961”. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1997, em que o autor constrói o cotidiano político da renúncia presidencial, valendo-se de depoimentos publicados e informações jornalísticas. Ilustra a dicotomia das atitudes tomadas pelos governadores do Rio Grande do Sul e da Guanabara, Leonel Brizola e Carlos Lacerda, respectivamente, no que diz respeito à defesa da legalidade.

⁶ CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Visões e Vozes: o governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964)* Dissertação de Mestrado em História Social das Idéias. UFF: PPGH 1996.

⁷ DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.